

Economía, política e democracia no capitalismo moderno

Lara Izabella Tosta Arantes
laraarantes@hotmail.com
CPDA – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Eixo temático:

Trabajo preparado para presentación en el X Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, de la Asociación Latinoamericana de Ciencias Políticas (ALACIP), en coordinación con la Asociación Mexicana de Ciencias Políticas (AMECIP), organizado en colaboración con el Instituto Tecnológico de Estudios Superiores de Monterrey (ITESM), los días 31 de julio, 1, 2 y 3 de agosto de 2019

Resumo: Analisamos, primeiro, o que foi o sistema de Bretton Woods, a social-democracia e o liberalismo enraizado em comparação ao atual contexto de globalização financeira, o neoliberalismo e o que se entende por liberalismo “desenraizado”, caracterizando as continuidades e rupturas entre estes. Depois, seguimos para uma interpretação de Polanyi na obra “A Grande Transformação” num cenário de liberalismo econômico e proteção social associados a uma agudização do conflito de classes.

Palavras-chave: regimes internacionais, globalização financeira, liberalismo, proteção social.

Introdução

Não se pode ignorar a atual importância do Estado para o sustentar do capitalismo e a tensão existente dessa relação com o mercado. É preciso que estejamos atentos às questões de nacionalidade do capital e ao movimento de internacionalização dos capitais e dos Estados. As questões que nos são propostas envolvem a definição do atual constituição da classe trabalhadora.

Num contexto pós-Segunda Guerra Mundial, tem-se a Conferência de Bretton Woods, que encontra nações independentes aspirando ao desenvolvimento após a destruição de imperialismos. Aqui, podemos nos colocar sobre a reflexão acerca das variedades que o capitalismo pode assumir e a utopia que há em torno de sua homogeneização.

A geração e manutenção das taxas de emprego entram como questão fundamental na ordem capitalista. Assistiu-se a uma conjuntura de liberalização comercial e multilateralismo com o maior número possível de nações. Assim, tem-se forças em contrassenso, como o desenvolvimento, o *laissez-faire* e o mercado auto-regulável contra o protecionismo e os impérios comerciais. A questão política que se colocava naquele momento era a possibilidade de conciliação entre a liberalização comercial e o pleno emprego.

A modernização como ideologia passa a ser substituída pela busca pela manutenção do *status quo*, ou seja, impedir que as economias se tornem socialistas, que culmina nos golpes de Estado a partir da década de 1960. A partir daí, acontece uma liberação progressiva do capital.

Podemos inferir que o sistema capitalista não caminha sozinho, ele tem uma nacionalidade que caminha territorialmente. No século XX, houve ainda uma

tentativa de recuperação daquele tipo de sociedade que ruiu no século XIX, conforme descreve Polanyi, até mesmo com a adoção do padrão dólar-ouro (que é extinto na década de 70), cedendo lugar ao dólar flexível. Com a experiência socialista fracassada, essa derrota política iniciará movimentos que resultarão no neoliberalismo e na destruição dos sindicatos. A partir do fim do *laissez-faire* e a extinção do estado de bem-estar social, as finanças internacionais se expandem ao livre comércio, observando-se então uma extraterritorialidade metafísica.

Conseguirá, o capitalismo, sobreviver à devastadora concentração de renda e riqueza? Pensando numa correspondência entre a utopia liberal do século XIX e o mercado hoje, focamos em quatro elementos de nossa época que podem representar os quatro esteios da civilização do século XIX, quais sejam: o câmbio (padrão-ouro), os organismos internacionais tais como a ONU (o sistema de equilíbrio de poder), o capitalismo industrial e financeiro (mercado auto-regulável) e o estado neoliberal (estado liberal).

Seguindo reflexões a partir de Polanyi, Hosbsbawn, José Luis Fiori, Laval, Dardot, e Nelson Delgado, tecemos considerações acerca do capitalismo como impulso que não viria do mercado, mas das relações de poder.

Bretton Woods e o liberalismo desenraizado

De acordo com Delgado (2009), o regime internacional de Bretton Woods nasceu de negociações entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha desde 1941 com a finalidade de gerar uma proposta de reorganização do sistema econômico internacional no pós-guerra a partir da desestruturação da ordem econômica do século XIX. Sob liderança norte-americana, a proposta tentava conciliar as exigências estadunidenses com as demandas britânicas de autonomia relativa das políticas econômicas domésticas.

Do ponto de vista comercial, o regime internacional de Bretton Woods pretendia promover o multilateralismo, a não-discriminação e a liberalização comerciais no sistema mundial de comércio no pós-guerra, sujeitos às restrições impostas pela necessidade de manejar as políticas econômicas domésticas de

acordo com objetos nacionais não necessariamente coincidentes com a proposta de liberalização externa, como era o caso da manutenção do pleno emprego nas economias domésticas. (DELGADO, 2009, p. 13).

Segundo Delgado (2009) ficou consagrado como sistema de Bretton Woods, o processo de tentativa de conciliação de objetivos internacionais com objetivos domésticos. A ITO (International Trade Organization) foi, então, criada para viabilizar um crescimento contínuo da renda e do comércio mundiais no pós-guerra. Contribuiria para o desenvolvimento econômico, mas indiretamente, por meio da abertura de mercados e da facilidade em atrair recursos internacionais para financiar a abertura de novas indústrias em países menos desenvolvidas.

Existiam contra-argumentos durante a história do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) em oposição ao pleno cumprimento das cláusulas contidas na NMF (Most Favoured Nation). O primeiro, apontado pelos países subdesenvolvidos defendia que o sistema comercial internacional do GATT funciona de forma a inibir o desenvolvimento econômico das nações com fraco poder de barganha internacional, solicitando, então, um programa de “preferências” que compensasse esses efeitos que assim, possibilitasse o desenvolvimento econômico desses países mais fracos. O segundo contra-argumento, ao contrário, utilizado pelos países de maior poder no comércio internacional como os Estados Unidos, falava dos riscos que esse tratamento condicional da MNF poderia trazer ao sistema mundial de comércio.

Hobsbawn chama de A Era de Ouro do Capitalismo esse período compreendido por Bretton Woods e caracterizava o comércio da época mais como internacional (os países comerciavam uns com os outros) do que transnacional (os Estados e fronteiras agem como fatores complicadores de uma economia mundial”).

O mundo não emergiu da guerra sob a forma de um eficiente sistema internacional, multilateral, de livre comércio e pagamentos, e as medidas americanas para estabelecê-lo desabaram dois anos após a vitória. Porém, ao contrário das Nações Unidas, o sistema internacional de comércio e pagamentos deu certo, embora não do modo originalmente previsto ou pretendido. (HOBBSAWN, 1995, p. 270)

Num contexto pós-Segunda Guerra Mundial, tem-se a Conferência de Bretton Woods, que encontra nações independentes aspirando ao desenvolvimento após a destruição de imperialismos. Aqui, podemos nos colocar sobre a reflexão acerca das variedades que o capitalismo pode assumir e a utopia que há em torno de sua homogeneização.

Portanto, 1968 não foi nem um fim, nem um princípio, mas apenas um sinal. Ao contrário da explosão salarial, do colapso do sistema financeiro internacional de Bretton Woods em 1971, do boom de produtos de 1972-3 e da crise da OPEP de 1973, não entra muito na explicação dos historiadores econômicos sobre o fim da Era de Ouro. Seu fim não era exatamente inesperado. A expansão da economia na década de 1970, acelerada por uma inflação em rápida ascensão, maciços aumentos nos meios circulantes do mundo, e pelo vasto déficit americano, tornou-se febril. No jargão dos economistas, o sistema ficou “superaquecido”. (HOBBSAWN, 2000, p.80)

A década de 60 é marcada pela Guerra do Vietnã, as manifestações anti-racistas e a Revolução Sexual, época em que os Estados Unidos perdem sua hegemonia internacional e assiste-se a um cenário de restauração conservadora do neoliberalismo na década de 70. A política externa norte-americana volta seu olhar para a Guerra Fria. Desenvolve-se o Plano Marshall (pelos Estados Unidos como programa de recuperação para as nações europeias aliadas nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial), enquanto no Japão, a Guerra da Coreia funciona também como um Plano Marshall no país.

A geração e manutenção das taxas de emprego entram como questão fundamental na ordem capitalista. Assiste-se a uma conjuntura de liberalização comercial e multilateralismo com o maior número possível de nações. Assim, tem-se forças em contrassenso, como o desenvolvimento, o laissez-faire e o mercado auto-regulável contra o protecionismo e os impérios comerciais. A questão política que se colocava naquele momento era a possibilidade de conciliação entre a liberalização comercial e o pleno emprego.

No pós-guerra, os Estados Unidos saem como um país credor e não-destruído, enquanto a União Soviética, a partir da ocupação alemã, perdeu milhões

de homens. A partir de então, os americanos conseguiram retomar o crescimento econômico. Os britânicos e os países periféricos não estavam voltados ao liberalismo econômico.

Há uma mudança no padrão das relações Estado x Mercado e neste ponto, poderia sim, ser feita uma analogia à Grande Transformação caracterizada por Polanyi. A busca pela proteção social o pleno emprego na Europa emergem no modelo de socialdemocracia europeia. Com a derrubada dos impérios coloniais, inicia-se uma era denominada de pós-colonialismo, em que se coloca a possibilidade de desenvolvimento para países periféricos, caso os mesmos participem no sistema de ganhos do capitalismo internacional. A União Soviética apresenta-se como um projeto de desenvolvimento alternativo, uma vez que também sai da guerra com autonomia econômica.

...só depois que o modelo original da ONU desmoronou, na Guerra Fria, as duas únicas instituições internacionais de fato criadas sob os acordos de Bretton Woods de 1944, o Banco Mundial ("Banco Internacional para Reconstrução e desenvolvimento") e o FMI, ambos ainda existentes, tornaram-se de facto subordinados à política americana. Iriam promover o investimento internacional e manter a estabilidade do câmbio, além de tratar de problemas de balanças de pagamento. (HOBBSAWN, 1995, p.269).

É importante ressaltar que os capitais têm um fluxo independente dos Estados-nação. A modernização como ideologia passa a ser substituída pela busca pela manutenção do status quo, ou seja, impedir que as economias se tornem socialistas, que culmina nos golpes de Estado a partir da década de 1960. A partir daí, acontece uma liberação progressiva do capital.

Para a reconstrução europeia, foram criados o FMI e o Banco Mundial, que também deslocaram um fluxo de capitais para a periferia, além da criação da política agrícola comunitária para a reconstrução da Europa e do Japão nas décadas de 50 e 60. Como em 1970, começa a haver um emparelhamento da Europa e do Japão à economia norte-americana, o protecionismo começa a tomar forma. Essa situação vai dar origem a movimentos que confluirão no neoliberalismo na década de 1980.

Enquanto a década de 70 assistiu a uma modernização da agricultura, a década de 1980, no Brasil, foi marcada pela crise da dívida e a perda da capacidade

de autonomia política doméstica. No Brasil e na Argentina, os governos militares estavam ainda mais ligados ao setor financeiro internacional.

Na década de 1980, tem-se ainda a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e surgem no escopo do comércio exterior, além das barreiras tarifárias à entrada de novos produtos nos países, a adoção de barreiras não-tarifárias (afim de proteger o desenvolvimento do mercado interno), que são subjetivas, intangíveis ao protesto e bastante arbitrária aos países estabelecidos. Nesse sentido, o GATT manifesta-se para discutir a redução das tarifas. A proposta de Keynes, amortecida pelo FMI e o Banco Mundial foi a ordem financeira que permitiu a reconstrução no pós-guerra.

Quanto ao controle monetário, a partir da década de 1960, a ideia de controle pelos Bancos Centrais vai perdendo a força; Na década de 70, tem-se uma fixação da taxa de câmbio e em 80 surge o ideal de globalização financeira.

Com o avanço da Guerra Fria, a política externa norte-americana assumiu uma modernização e nesse contexto, as universidades tiveram um papel fundamental.

O papel da Guerra Fria, portanto, não pode ser subestimado, mesmo que a longo prazo o efeito econômico do vasto desvio de recursos dos Estados para armamentos competitivos fosse prejudicial. No caso extremo da URSS, foi provavelmente fatal. Contudo, mesmo os EUA trocaram força militar por crescente enfraquecimento econômico. Uma economia capitalista mundial desenvolveu-se assim em torno dos EUA. Ergueu menos obstáculos aos movimentos internacionais de fatores de produção que qualquer outra desde o período médio-vitoriano, com uma exceção: a migração internacional demorou a recuperar-se do estrangulamento do entre guerras. Isso foi, em parte, uma ilusão de ótica. (HOBSBAWN, 2000, p. 271).

Os conservadores e o Banco Mundial criticam a política interna voltada para o mercado econômico adotado pelo Brasil. O cenário pós-guerra da década até 1970 funcionava numa lógica completamente diferente da de hoje. A ingovernabilidade política e econômica estão no auge e medidas para administrá-las estavam sendo tomadas, os sindicatos estavam no auge e os Estados Unidos

começaram a perder a capacidade de atuar como hegemônicos.

Nas décadas de 1980 e 1990, a tendência é se afastar do passado social-democrata. O neoliberalismo surge nos Estados Unidos como reação ao New Deal.

Quanto à importância do New Deal, após a crise de 1929, tem-se a intervenção do Estado para recuperar a política agrícola e a economia com relação aos preços e rendas. Observa-se um viés de liberalização com políticas domésticas relativamente autônomas que estimulasse a industrialização para que os países periféricos se desenvolvessem, para que fosse garantido o Regime de Bretton Woods.

No Brasil, na década de 30, tem-se a partir do New Deal nos Estados Unidos, uma política getulista no Brasil de ampliação aos recursos do BNDES, ou seja, há uma tentativa de avançar para uma forma mais autônoma de capitalismo. Essa ideia dura até o Plano de Metas formulado no governo de Juscelino Kubitschek.

Houve um cenário de estagflação: a economia parou de crescer e a inflação aumentou, ou seja, a inflação era de custos e não de demanda.

No final dos anos 70, na conjuntura dos conflitos econômicos entre Estados Unidos e Europa, tem-se a criação do GATT, a assinatura de um acordo não-protetionista para a Agricultura e a criação da OMC. O Brasil, por exemplo, nessa época, se insere no rol dos novos países industrializados.

Instala-se a Câmara de Comércio Americana, representando uma revitalização do combate aos ativistas e reguladores estatais, influenciando o Congresso a partir da base empresarial. A mídia e as universidades entram como críticas à visão de estratégia empresarial de competir mais efetivamente no mercado de ideias para ganhar o Estado de volta, influenciando o processo eleitoral. Há uma tomada da democracia pelas corporações.

Com a necessidade de construção de uma nova ordem, os neoliberais reocupam o Estado, trazendo ao centro, figuras como Margaret Thatcher e a ideologia de uma forte defesa nacional.

De 1980 a 1984, aconteceu uma brutal crise agrícola mundial que gerou conflitos agrícolas entre os Estados Unidos e a Comunidade Econômica Europeia. Houve um excesso de oferta de commodities em relação à sua demanda. A OMC

estava inviabilizada e a Inglaterra era a fábrica do mundo exportador. A nação sacrificou sua agricultura para manter o ritmo de industrialização.

Enquanto na década de 70, tem-se as características de pausa no crescimento da economia, conflito distributivo, carência de propostas globais e uma valorização do local; na década de 80, se assiste a novas e sucessivas maneiras de ação no mundo dos negócios. Com a insurgência do neoliberalismo, testemunha-se um retorno à tentativa de disciplinar o trabalho e o Estado se volta a serviço de outros objetivos, perspectivas e racionalidade. A desigualdade atinge o extremo. Acontece uma crise do welfare state, bem como o desaparecimento do socialismo.

Há uma redução nos controles governamentais sobre o mercado de capitais, seguido pela crise do regime de Bretton Woods e a liberação das taxas de câmbio.

Em 2008, houve uma importante crise do neoliberalismo. Não podemos ignorar hoje a importância fundamental do Estado para o capitalismo e a tensão existente dessa relação com o mercado. É preciso que estejamos atentos às nacionalidades do capital e ao movimento de internacionalização dos mesmos que desemboca na internacionalização dos Estados. As questões que hoje nos são propostas envolvem a definição do que hoje constitui a classe trabalhadora. Conseguirá, o capitalismo, sobreviver à devastadora concentração de renda e riqueza?

Para Dardot e Laval (2016) o liberalismo concentra várias tensões. É desde o princípio problemático por meio de seus princípios difundidos durante o século XIX como o direito natural, a liberdade no comércio e a propriedade privada e a sociedade não se deixa reduzir a uma somatória de trocas contratuais entre indivíduos; o que faz da crise do liberalismo, uma crise também interna.

Os autores colocam ainda a questão da tensão entre os dois tipos de liberalismo, quais sejam: o dos reformistas sociais defensores do bem comum e os partidários da liberdade individual. O triunfo liberal do século XIX não durou. Dardot e Laval (2016) explicam que de acordo com a fórmula de Karl Polanyi, a crise da década de 1930 apontou uma necessidade de remanejamento do mercado em disciplinas regulamentares, quadros legislativos e princípios morais. Assim, é que

apresenta-se um “novo liberalismo”, consciente das realidades sociais e econômicas, buscando uma nova compreensão dos princípios liberais tomando emprestado críticas do socialismo. Um pouco mais tarde, Keynes torna-se o principal alvo dos neoliberais, uma vez que o keynesianismo e o neoliberalismo por algum tempo sustentaram algumas preocupações em comum, tais como: “como salvar do próprio liberalismo o que é possível do sistema capitalista?”

Tendemos a concordar com a análise dos autores acerca desse movimento entre os regimes internacionais e a dupla ação do Estado segundo Karl Polanyi, em que o Estado liberal produz uma ação com sentidos contrários em meados do século XIX: agiu favorável à criação de mecanismos de mercado, ao mesmo tempo em que implantou mecanismos que o reduziram. De um lado, incentivou a sociedade de mercado e de outro reforçou o contramovimento de resistência da sociedade.

Esse movimento, segundo Karl Polanyi, nas palavras de Dardot e Laval (2016) provaram que a sociedade de mercado total é impossível.

A “grande transformação” que caracteriza os anos 1930 e 1940 é uma resposta de grande envergadura ao “desaparecimento da civilização de mercado” e, mais precisamente, uma reação à tentativa derradeira e desesperada de restabelecer o mercado autorregulador nos anos 1920. (DARDOT E LAVAL, 2016, p.65)

Segundo os autores, na visão dos quais conseguimos observar uma continuidade desses regimes internacionais, ainda que com as rupturas ao longo deste texto apontadas, o neoliberalismo vem depois desse “novo liberalismo”, prolongando a virada que deslocou o eixo do liberalismo, levando a concorrência para o centro da vida social e individual, admitindo que a ordem de mercado não é dada na natureza, mas produzida numa construção histórica e política.

A “grande transformação” ocorrida do século XIX para o século XX choque entre o liberalismo econômico e proteção social

Os elementos mais estimulantes à interpretação de Polanyi devem-se à atualidade da reflexão que podemos fazer acerca de como a sociedade do século XIX funcionou, sobre quais pilares se sustentou e pensar o que hoje permite a estabilidade do regime neoliberal e refletir sobre possíveis fatores que poderiam contribuir para essa derrocada.

O mercado auto-regulável foi uma utopia liberal, uma vez que a organização social existente não permitia a sua manutenção. A sociedade, então, organizou-se para proteger-se levando à falência do sistema de equilíbrio de poder do padrão internacional do ouro, o mercado auto-regulável e o estado liberal.

Tentando pensar numa correspondência entre a utopia liberal do século XIX com relação ao mercado auto-regulável e à defesa da globalização, poderíamos (somete afim de entender como naquela época o modelo conseguiu se sustentar) em nosso tempo atual, podemos focar nos quatro esteios da civilização do século XIX que podem ser associados hoje por à nossa época tais como o câmbio (padrão-ouro), os organismos internacionais tais como a ONU (o sistema de equilíbrio de poder), o capitalismo industrial e financeiro (mercado auto-regulável) e o estado neoliberal (estado liberal).

No primeiro capítulo da obra *A Grande Transformação*, ironicamente intitulado de *Cem anos de Paz*, Polanyi (2000) nos mostra que se tratou de um período violento, estabilizado à custa de sufocação de rebeldias que poderiam expandir-se. Quando afirma que a sociedade do século XIX ruiu, o autor esclarece que vai se ocupar das razões políticas e econômicas de tal acontecimento. Essa paz, esclarece referir-se à incoerência de guerras prolongadas e intensas entre as Grandes Potências.

Polanyi (2000) ensina que a sociedade do século XIX ergueu-se sobre quatro instituições. A primeira que descreve é o sistema de equilíbrio de poder, que foi responsável pela manutenção de uma situação em que não houvesse uma guerra prolongada entre as grandes potências. O equilíbrio de poder, foi, então, essencial para que a economia capitalista se desenvolvesse.

A segunda delas, o padrão-ouro permitiu a existência de um sistema monetário internacional e quando ele cai, representa o último pilar da catástrofe,

pois há um desarranjo da economia internacional de forma sistêmica; esclarecendo que só foi o último a ruir porque a crença neste mercado como salvação fez com que países europeus se sacrificassem para manter a moeda estável. A terceira, que representa o centro do sistema foi o mercado auto-regulável, que possibilita a quarta, qual seja, o estado liberal.

Pensando de forma a estabelecer um resumo do sistema, poderíamos aprender que o desenvolvimento da economia capitalista dentro da lógica liberal desemboca no mercado auto-regulável que destrói a substância humana e natural da sociedade, que tenta se proteger do mercado auto-regulável: são essas relações que levam à ruína da sociedade do século XIX.

Pensamos que a ideia de um mercado auto-regulável implicava uma retomada utopia. Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto. Inevitavelmente, a sociedade teria que tomar medidas para se proteger, mas, quaisquer que tenham sido essas medidas, elas prejudicariam a auto-regulação do mercado, desorganizariam a vida industrial e, assim, ameaçariam a sociedade em mais de uma maneira.

Foi esse dilema que forçou o desenvolvimento do sistema de mercado numa trilha definida e, finalmente, rompeu a organização social que nela se baseava. (POLANYI, 2000, p.18)

Sobre o colapso do sistema internacional, Polanyi esclarece que devido ao fracasso da economia mundial, o sistema de equilíbrio de poder não conseguiu estabelecer a paz. . Quando duas potências assumem a importância mundial, o mundo fica dividido entre os estados Unidos e a Rússia. Os responsáveis pela paz entre as grandes nações foi a Tríplice Aliança na primeira metade do século e o Concerto da Europa no segundo. A finança internacional era o grande agente da paz do período.

O autor considerava o mercado de terras tão utópico quanto o mercado de trabalho. A limitação da contribuição de Polanyi está descrita na seguinte passagem:

...se a queda da nossa civilização foi regulada pelo fracasso da economia mundial, ela certamente não foi causada por ela. Suas origens estão há mais de cem anos atrás, na convulsão social e tecnológica a partir da qual surgiu na Europa ocidental a ideia de um mercado auto-regulável. O fim dessa aventura ocorreu em nossa época – ela encerra um estágio na história da civilização industrial. (POLANYI, 2000, p.19).

Essa era a esperança de autores dessa geração de Polanyi, assim como Keynes. Uma rica contribuição de Polanyi diz respeito a três mercadorias fictícias (trabalho, terra e dinheiro) A mercadoria é um conceito que representa inicialmente um produto/componente da indústria. Porém, a terra, o trabalho e o dinheiro não podem para o autor serem enxergados como mercadorias, pois carregam consigo outros componentes valorativos, tais como o componente humano presente no trabalho, o fator natureza contido na terra e a organização produtiva envolta no dinheiro, precisa de intervenção econômica para sua regulação.

Há aqui um paradoxo: trabalho, terra e dinheiro são elementos essenciais para o funcionamento da indústria, porém de acordo com a definição empírica de mercadorias não podem ser consideradas como tais, uma vez que não são produzidas para a venda. Sendo assim, ao serem descritos como mercadorias estamos diante de uma ficção, de mercadorias fictícias. A partir daí, são organizados os mercados do trabalho, da terra e do dinheiro, fazendo-os ser comprados e vendidos na sociedade.

A força de trabalho, por exemplo, não pode ser usada indiscriminadamente, assim como há uma necessidade de regulação sobre o dinheiro. As sociedades não suportariam sistemas dessas ficções levadas ao extremo ainda que por tempo curto, segundo Polanyi, a menos que a substância humana natural e a organização dos negócios fosse protegida desse moinho satânico (expressão usada pelo autor que ficou consagrada).

Polanyi faz uma distinção sobre a economia de mercado que sofre controle do Estado e o mercado auto-regulável, em que a produção é controlada pelos preços. A auto-regulação, diz Polanyi (2000) “significa que toda a produção é para venda no mercado, e que todos os rendimentos derivam de tais vendas”. Esse tipo de mercado exigiria para sua existência, de imediato uma separação das esferas da sociedade econômica e política. Pensando no desenvolvimento da economia

capitalista, podemos nos questionar se é possível um capitalismo que retire totalmente de cena o bem-estar social.

Devemos considerar ainda que o agente reformador da sociedade hoje é o Estado, ainda que na maioria das vezes a serviço do mercado. Interpretando o funcionamento da história social no século XIX, Polanyi (2000) esclarece que a expansão dos mercados de trabalho, terra e dinheiro culminaram na introdução de um sistema fabril na sociedade comercial. O desenvolvimento da sociedade de mercado foi paralelo a uma mudança na organização da própria sociedade. A sociedade humana tornou-se “um acessório do sistema econômico”. (Polanyi, 2000, p.97).

Compara, assim, a questão da devastação dos cercamentos na Inglaterra, chamando a atenção para o fato de que nada foi feito para salvar o povo do impacto da Revolução Industrial, e estabeleceu-se um cenário onde uma fé cega no processo espontâneo havia se apossado da mentalidade das pessoas, cujas vidas tiveram efeitos terríveis, que poderiam, inclusive, ter aniquilado a sociedade humana. Surgiram, assim, movimentos contra-protetores afim de limitar as ações desse mecanismo autodestrutivo, marcando a sociedade do século XIX, então, por um duplo movimento: “ a ampliação da organização do mercado em relação às mercadorias genuínas foi acompanhada pela sua restrição em relação às mercadorias fictícias”. (Polanyi, 2000, p.98).

O contra-movimento de proteção social inserido no cenário de expansão do liberalismo culmina no surgimento das políticas públicas. Há uma tensão entre Estado e capitalismo. No cenário mundial, a Guerra Fria teve extrema importância para a adoção de medidas de inclusão social. A socialdemocracia (voltando sua preocupação para o salário e o emprego) se desenvolve após a Segunda Guerra Mundial.

Durante um século a dinâmica da sociedade moderna foi governada por um duplo movimento: o mercado se expandia continuamente, mas esse movimento era enfrentado por um contra-movimento que cercava essa expansão em direções definidas. Embora tal contra-movimento fosse vital para a proteção da sociedade, ele era, em última análise, incompatível com a auto-regulação do mercado e,

portanto, com o próprio sistema de mercado. (POLANYI, 2000, p.61)

Aqui temos uma polêmica que se faz atual. Na década de 70, talvez se pudesse pensar que isso não mais faria sentido, o que pode ser visto claramente hoje. O rápido desenvolvimento do sistema fazia do liberalismo uma espécie de credo e podemos destacar o aparecimento do dinheiro bancário e das grandes corporações. Polanyi cita uma passagem de Owen, qual seja “ se se deixasse a economia de mercado desenvolver-se de acordo com as suas próprias leis, ela criaria grandes e permanentes males”. (p.161)

O autor aborda ainda a questão do aluguel que começou a ser praticando, representando a renda da terra, ressaltando mais uma vez, que deixar as pessoas e o solo por conta do mercado seria concordar em aniquilá-los. Polanyi (2000) assume que o Estado precisa intervir para regular o funcionamento do mercado e assim o faz também em momentos de crise. Podemos pensar na quebra da Bolsa de Valores de 1929 e na crise bancária de 2008. Não apenas os recursos naturais necessitam da proteção do Estado, mas também a própria organização da produção capitalista.

Eis aqui outra importante contribuição de Polanyi. Voltando à questão do duplo movimento, há a ação de dois princípios organizadores da sociedade: o princípio do liberalismo econômico, usando o laissez-faire e o livre comércio e o princípio da proteção social, utilizando-se de legislação protetora, associações restritivas, entre outros instrumentos de intervenção.

Assim, aconteceu uma tensão institucional profunda, que transformou a crise em catástrofe ao interagir com o conflito de classes. O credo neoliberal nasce como reação aos métodos burocráticos e se desenvolve como uma ideia de “salvação do homem” através do mercado. Outro ponto importante da obra é quando Polanyi (2000) tece um argumento sobre a verdadeira crítica à sociedade de mercado, qual seja que sua economia se baseava no auto-interesse.

Importante ressaltar que o fim da sociedade de mercados não representa a ausência de mercados, que continuam, de diferentes formas a garantir a liberdade do consumidor. Mas houveram mudanças, como por exemplo, as variedades na economia doméstica, que no século XIX não eram possíveis por conta de sua

relação íntima com o padrão-ouro.

Outra grande utopia de Polanyi encontra-se na seguinte passagem:

Sempre que a opinião pública se manteve coesa na defesa das liberdades cívicas, os tribunais ou cortes também foram capazes de reivindicar a liberdade pessoal. Ela deve ser mantida a todo custo mesmo à custa da eficiência na produção, da economia de consumo ou da racionalidade na administração. Uma sociedade industrial pode-se permitir livre. (POLNAYI, 2000, p. 297)

Assim, o estágio final do argumento de Polanyi é de que a rejeição à utopia do mercado leva ao olhar real para a sociedade, que seria a linha divisória entre dois lados: o primeiro seria o liberalismo e o segundo o fascismo e o socialismo. A realidade da sociedade é aceita tanto por fascistas como por socialistas. Três fatos, para Polanyi (2000), eram constitutivos da consciência do homem ocidental: o conhecimento da morte, o conhecimento da liberdade e o conhecimento da sociedade.

O primeiro veio com a história do Velho Testamento, o segundo com a singularidade da pessoa “descoberta” nos ensinamentos de Jesus, a terceira seria o renascimento da liberdade. A liberdade é privilégio universal, porém daqueles que detinham a propriedade.

Hoje podemos de novo observar uma tentativa de tirar o foco da sociedade e transferir para o indivíduo. Podemos inferir que o sistema capitalista não caminha sozinho, ele tem uma nacionalidade que caminha territorialmente. No século XX houve ainda uma tentativa de recuperação daquele tipo de sociedade, até mesmo com a adoção do padrão dólar-ouro (que é extinto na década de 70), cedendo lugar ao dólar flexível. Com a experiência socialista fracassada, essa derrota política iniciará movimentos que resultarão no neoliberalismo e na destruição dos sindicatos.

Com o fim do laissez-faire e a extinção do estado de bem-estar social, as finanças internacionais se expandem ao livre comércio, tendo-se então uma extraterritorialidade metafísica. A socialdemocracia sucumbe à restauração do neoliberalismo, que provocou brutal concentração da riqueza e da renda inclusive nos países desenvolvidos. Hoje, o mercado dos serviços merece destaque, uma

vez que modificou características do mercado de trabalho que existiam anteriormente, mais até que as indústrias, pois permitem uma maior autonomia do sistema financeiro. O Estado tem importância crucial neste processo. É como se o mercado não suportasse a ideia de retirar-lhe as mercadorias fictícias. Ainda hoje, há tentativas de recolocá-las no mercado de alguma maneira e com outras roupagens.

Hobsbawm (1995) salienta que durante parte significativa do século XX, o comunismo soviético apresentou-se como um sistema alternativo e até superior ao capitalismo destinado a triunfar sobre ele. A política internacional dessa época pode ser considerada uma luta de forças da velha ordem contra a revolução industrial.

De todos os fatos da Era da Catástrofe, os sobreviventes do século XIX ficaram talvez mais chocados com o colapso dos valores e instituições da civilização liberal cujo progresso seu século tivera como certo, pelo menos nas “partes avançadas” e “em avanço” do mundo. Esses valores eram a desconfiança da ditadura e do governo absoluto; o compromisso com um governo institucional com ou sob governos e assembleias representativa livremente eleitos, que garantissem o domínio da lei; e um conjunto aceito de direitos e liberdade de expressão, publicação e reunião. (HOBBSAW,1995 p.113)

Refletindo sobre possibilidades de intertextualidade com O Prefácio ao Poder Global de Fiori, podemos concluir que o capitalismo advém do mundo do poder e da conquista. Esse impulso de acumulação não vem do mercado, mas das relações de poder. O poder político seria como um conflito de soma zero. Relaciona-se com o argumento de Polanyi(2000), a intervenção do Estado para Fiori que teve um ganho importante com o advento da democracia ao ter que passar a incluir outras demandas em sua gama, para além da gestão do capital.

Encerramos nossas breves reflexões com questões a fim de nortear nossos pensamentos: como pensar em economia solidária e formas alternativas de não-capitalismo dentro do capitalismo, o Estado seria essencial nessa construção de alternativas?

REFERÊNCIAS

DARDOT, P; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 1 ed, 2016.

DELGADO, N. G. O regime de Bretton Woods para o comércio mundial: origens, instituições e significado. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur, 2009.

FIORI, J. L. C. Prefácio ao Poder Global. Rev Tempo do mundo, 2010.

HOBBSBAWN, E. J. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

POLANYI